



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2026

Aos **(07/07/2026)** sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, á hora regimental, no Plenário da Câmara municipal, nesta cidade de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, realizou-se a Sessão Ordinária sob a Presidência do Vereador **Julhardy Costa De Arruda**, compareceram os Vereadores **Jefferson Luís Barboza Rosa, Edgard Mandira de Moraes, Edvaldo Narciso Izabel, Joceni Roecker, Elton Ambrósio Mendes e Samuel do Carmo**, ata aprovada por unanimidade e havendo Quórum regimental para deliberação foi realizada a leitura do seguinte Expediente do Dia: **Ato de Promulgação nº 002/2026**, que promulga a proposição legislativa referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pela Câmara Municipal no exercício de 2025/2026, sancionada tacitamente em virtude do decurso do prazo e da ausência de sanção ou veto pelo Prefeito Municipal, conforme o disposto no artigo 62 da Lei Orgânica do Município de Guaraqueçaba; **Ofício nº 280/2026 - Secretaria Municipal de Planejamento**, subscrito pelo Secretário Vagmar Lopes Barboza, solicitando o espaço físico do Plenário e formalizando convite para a realização da Audiência Pública relativa à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, agendada para o dia 22 de setembro de 2026, às 9 horas; **Indicação nº 023/2026**, de autoria dos Vereadores Jefferson Luís Barboza Rosa, Elton Ambrósio Mendes e Edvaldo Narciso Izabel, solicitando a aquisição de dois microtratores destinados ao transporte e manejo de resíduos sólidos nas comunidades insulares da Ilha do Almeida e da Ilha das Peças. Concluída a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Senhores Vereadores na **PALAVRA LIVRE**. Assumindo a palavra, o **Vereador Elton** cumprimentou os presentes e fez um agradecimento relativo aos eventos realizados na comunidade do Almeida na semana que passou, ocasião em que atuou como pastor nas festividades locais. Relatou a realização de cultos na sexta-feira, no sábado e no domingo, além de um batismo às 15 horas, destacando a expressiva presença de fiéis, lideranças eclesiais, pastores e visitantes, inclusive uma comitiva de cerca de trinta pessoas oriundas dos Estados Unidos da América. Agradeceu a participação de todos os envolvidos na organização e prestou reconhecimento e agradecimento especial ao pastor presidente da instituição, Pastor Wagner Machado, pelo suporte e apoio prestados ao trabalho realizado no município. Dando prosseguimento, o **Presidente** cumprimentou o plenário e justificou sua ausência no evento da Ilha do Almeida em razão de compromissos anteriores em Paranaguá, parabenizando o Vereador Elton e as igrejas Assembleia de Deus pelo trabalho social, eclesial e comunitário que realizam no atendimento e acolhimento das populações locais e visitantes. Na sequência, o **Vereador Samuel** registrou que faria uso da tribuna na presente sessão para abordar a situação das máquinas intermunicipais, contudo optou por adiar sua intervenção para a sessão subsequente após informações fornecidas pelo secretário municipal de que os equipamentos já estariam em processo de recolhimento, salientando a necessidade de tempo regimental de tribuna para aprofundar temas de fiscalização e gestão técnica. Continuando as manifestações, o **Vereador Jefferson Luís Barboza Rosa** cumprimentou os presentes e estendeu convite à Presidência, aos vereadores e aos munícipes para o evento integrado do Projeto Aproxima em parceria com o Projeto Prefeitura nos Bairros, agendado para os dias 6 e 7 de agosto, no espaço do Projeto Boa Semente, ao lado da Igreja Batista de Tagaçaba. Detalhou a oferta de serviços públicos e jurídicos gratuitos, tais como emissão de carteira de identidade (RG), CPF, atendimento do Bolsa Família, ações de divórcio, pensão alimentícia, orientação sobre multas, com o suporte institucional da Justiça Federal, Universidade Federal do Paraná (UFPR), ICMBio, Defensoria Pública do Estado, Tribunal de Justiça, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Copel, Polícia Militar, Receita Federal, INSS e Procuradoria-Geral. Noticiou ainda que protocolou pedido de vista formal com relação ao ato de veto e aos expedientes referentes à LDO, com o intuito de viabilizar a análise técnica e regimental da matéria pelas comissões e parlamentares. O **Vereador Edgard** fez uso da palavra saudando os vereadores e munícipes pelo retorno dos trabalhos no Plenário após o recesso parlamentar, ressaltando que no período de recesso a atuação parlamentar prossegue de forma ostensiva



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

no atendimento direto às comunidades e na fiscalização de serviços nas localidades rurais e insulares. Manifestou apoio à Indicação nº 023/2026, de autoria dos Vereadores Jefferson, Elton e Edvaldo, destacando a necessidade dos microtratores para o recolhimento de materiais recicláveis e orgânicos na Ilha do Almeida e na Ilha das Peças, e indagou sobre a viabilidade de recuperação de maquinários já existentes no local. Teceu considerações sobre notícias veiculadas nacional e regionalmente a respeito de operações e investigações policiais e do Ministério Público em municípios vizinhos, a exemplo de Morretes, citando o afastamento cautelar de gestores e apurações sobre desvios de recursos em licitações na ordem de cem mil reais. Ressaltou que a função precípua e constitucional do vereador é fiscalizar ostensivamente a aplicação das verbas públicas e os atos do Poder Executivo para prevenir irregularidades. Reconheceu a boa intenção da equipe administrativa e do Secretário Gustavo no andamento dos projetos de infraestrutura, alertando para a necessidade de liberação de materiais e maquinários tipo patrôla e pá carregadeira para a manutenção de estradas rurais e o desassoreamento de rios junto aos órgãos ambientais, como o Instituto Água e Terra (IAT), ressaltando a urgência do serviço antes do período de chuvas e enxurradas. Elogiou a atuação do Secretário Municipal de Agricultura e o desempenho da equipe do Setor de Notas e da Casa do Produtor, destacando a instrução técnica ministrada aos agricultores locais para a utilização do sistema Nota Produtor Eletrônica (Nota Fácil), enfatizando que as exigências da legislação tributária e da nova reforma tributária obrigam o transporte e a comercialização de produtos agrícolas acompanhados da devida nota fiscal. Agradeceu o empenho da diretora Liliane na realização do curso e treinamento dos produtores rurais. O **Vereador Elton** interveio para prestar esclarecimentos técnicos acerca da Indicação nº 023/2026, explicando que a aquisição de um microtrator novo para a Ilha das Peças é necessária em razão do estado de sucateamento e condenação da máquina antiga. Detalhou as especificidades logísticas do transporte no Almeida e na Ponta do Lance, ressaltando a necessidade de ampliação da estrutura da ponte entre as duas localidades para uma largura aproximada de 1,80m, possibilitando o tráfego do equipamento agrícola no recolhimento de resíduos de porta em porta. O **Vereador Edgard** retomou a palavra para destacar o trabalho realizado pelas equipes no apoio ao cadastramento de pescadores artesanais afetados por contaminações e mortandade de peixes na baía, relembando episódios históricos de desvios e fraudes em seguros-defeso e indenizações na região de Antonina e Guaraqueçaba, onde pessoas estranhas à atividade pesqueira receberam indenizações indevidas em detrimento de pescadores tradicionais, reforçando a necessidade de transparência nos cadastros comunitários. Em seguida, o **Vereador Alcendino** requereu a palavra para discorrer sobre a promulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027 e os regramentos contidos na Lei Orgânica Municipal. Destacou a fundamentação legal do Ato de Promulgação nº 002/2026 com base no artigo 62 da Lei Orgânica do Município de Guaraqueçaba, que assinala ao Prefeito o prazo improrrogável de 15 dias úteis para sancionar ou vetar os projetos aprovados pela Câmara Municipal. Apontou que o Chefe do Executivo permaneceu em silêncio durante o prazo legal de 15 dias após o recebimento regular do autógrafo encaminhado pelo Legislativo, configurando a sanção tácita e impondo à Presidência da Câmara a obrigação legal de promulgar a lei no prazo de 10 dias. Classificou como falha administrativa grave o protocolo extemporâneo de veto pelo Executivo após transcorridos mais de 20 dias do encerramento dos prazos constitucionais e regimentais, demonstrando desconhecimento das normas jurídicas e ineficiência na gestão dos prazos públicos. Ressaltou que prazos legais no direito administrativo, ambiental e processual são peremptórios, gerando preclusão e revelia quando descumpridos. Criticou a ausência de priorização da LDO de 2027, ressaltando que a norma disciplina as diretrizes para a aplicação do orçamento municipal estimado em 48 a 50 milhões de reais. Apontou que emendas parlamentares aprovadas no orçamento do ano anterior para reformas de trapiches, pontes e melhorias urbanas não foram executadas pela administração. Denunciou a precariedade na prestação de serviços públicos essenciais nas comunidades rurais e insulares, citando a falta de insumos e materiais básicos de limpeza e higiene em postos de saúde de Tagaçaba e Superagui, o acúmulo irregular e sem



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

contrato de resíduos hospitalares infectantes com presença de sangue no reservatório de Tagaçaba, configurando risco de contaminação e crime ambiental, e a necessidade de contratação urgente de empresa especializada para o recolhimento e descarte adequado. Apontou a falta de manutenção nas praças e vias públicas, a ausência de roçada e iluminação no morro e o fato de vereadores e moradores arcarem com recursos próprios para a compra de combustível, lâmpadas e fios para manter roçadas e pequenos reparos. Criticou a política de recursos humanos da municipalidade, apontando o aumento de subsídios para cargos em comissão e secretários e a criação de novas vagas comissionadas nos projetos do Mercado e da Assistência Social, em contraste com a ausência de reajuste salarial e desrespeito aos professores da rede municipal de ensino, a falta de investimentos na educação infantil e creches, e a destinação de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB/VAAT). Criticou os gastos efetuados pelo Executivo na compra de marmiteiras e refeições no valor aproximado de quatrocentos mil reais em um período de cinco meses em 2026, informando que apresentou representações formais e denúncias junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e ao Ministério Público para apuração de irregularidades na gestão orçamentária e financeira do município. O **Vereador Edvaldo Narciso Izabel** fez uso da palavra registrando elogios às ações desenvolvidas pela equipe da Defesa Civil Municipal, sob a coordenação do Secretário Arivaldo, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura, na elaboração do plano de contingência e no mapeamento de áreas de risco nas comunidades do interior, como Tagaçaba, Serra Negra e Pedra Chata. Informou a liberação de recurso federal no valor de duzentos e cinquenta mil reais destinado a ações de prevenção e contenção de desastres naturais no município. Sobre a tramitação legislativa da LDO, posicionou-se no sentido de que a contagem dos prazos durante o período de recesso deve observar os regramentos regimentais e legais, apoiando a concessão de pedido de vista protocolado junto à Mesa Diretora para análise aprofundada dos atos e do veto do Executivo. Defendeu o diálogo institucional e o trabalho conjunto entre os Poderes para a continuidade das obras e serviços de interesse da população. Encerrada a fase de pronunciamentos da Palavra Livre, o Senhor Presidente submeteu à apreciação a **ORDEM DO DIA: Votação da Indicação nº 023/2026**: Colocada em votação nominal, a Indicação nº 023/2026, de autoria dos Vereadores Jefferson Luís Barboza Rosa, Elton Ambrósio Mendes e Edvaldo Narciso Izabel, foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**, registrando-se os votos favoráveis dos Vereadores Joceni Roecker, Samuel do Carmo, Alcendino Ferreira Barboza, Jefferson Luís Barboza Rosa, Edgard Mandira de Moraes, Edvaldo Narciso Izabel, Elton Ambrósio Mendes e Ivan França. Antes do encerramento dos trabalhos, o **Senhor Presidente Julhardy Costa de Arruda** prestou esclarecimentos finais ao Plenário, afirmando a rigidez do regimento e a autonomia do Poder Legislativo. Ressaltou que o processo legislativo, os prazos e as promulgações promovidas pela Mesa Diretora cumprem estritamente os mandamentos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno, resguardando a independência da Câmara Municipal na condução das deliberações e indeferindo qualquer ingerência indevida do Poder Executivo nos trabalhos da Casa de Leis. Reiterou que as matérias colocadas em pauta seguem os prazos de protocolo e instrução regimental, conclamando os parlamentares à manutenção da ordem e do foco na apreciação de proposições que visem ao desenvolvimento do Município de Guaraqueçaba. Nada mais a tratar, eu Vereador Jefferson Luis Barboza Rosa, lavrei a presente ata, que estando em conformidade com os demais, será assinada.

Edgard Mandria de Moraes
Vice-Presidente

Julhardy Costa De Arruda
Presidente

Jefferson Luís Barboza Rosa
Primeiro Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

Alcendino Ferreira Barbosa
Segundo Secretário

Edvaldo Narciso Izabel

Elton Ambrósio Mendes

Ivan França

Samuel do Carmo

Joceni Roecker